

PROGRAMAS E PROJETOS FEDERAIS PESQUISADOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA MICRORREGIÃO DA BORBOREMA POTIGUAR.

Autor: Marcelo da Silva Bernardo

marcelobernardo13@yahoo.com

Orientadora: Dra. Enne Karol Venâncio Sousa

enne.sousa@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente trabalho baseou-se em uma pesquisa sobre a existência dos programas e projetos do Governo Federal em uma escola pública da região do Trairi, especificamente na Escola Estadual Quintino Bocaiuva na cidade de Santa Cruz/RN. Para que isso fosse possível, foi feito um levantamento dos programas existentes e oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas públicas do Brasil e quais deles faziam-se presentes na instituição pesquisada. Tendo em vista que as políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento da educação básica, seja na zona urbana ou na rural, é notório que os alunos são e devem ser o ator principal desse evento, e, o papel do Estado é fazer com que esses alunos tenham acesso a esses programas obrigatórios segundo a nossa Constituição Federal, e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. Para os resultados finais, foram distribuídos dois questionários aos servidores públicos, a saber, um docente e um profissional da gestão, contendo as mesmas perguntas sobre a temática. A referida pesquisa teve como objetivo entender na realidade da escola, a importância desses projetos e programas para o seu contexto social na qual está inserida, tendo a noção de que, a implementação incorreta deles, acaba por gerar prejuízos à gestão escolar. O objetivo da pesquisa é conscientizar tanto pais, professores, alunos e escolas da necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais. A população precisa ser mais presente no que se trata de educação pública, e saber que, esses recursos são obrigatórios segundo a nossa Constituição, e, por isso, a necessidade de se abrangermos mais na transformação da nossa sociedade.

Palavras – Chaves: Escola Pública; Projetos Educacionais; Programas Federais.

INTRODUÇÃO

Os programas e projetos disponibilizados pelo Governo Federal às escolas públicas do país direta ou indiretamente contribuem em uma escala significativa para o

desenvolvimento de um país continental como este. Por isso, é de fundamental importância que a escola pública seja beneficiada com o máximo de ações envolvidas nas políticas públicas, já que isso faz uma enorme diferença às instituições públicas de ensino, as quais precisam desse suporte para o desenvolvimento das suas atividades educacionais, sociais e culturais. Nesse sentido, entende-se que:

“Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)”.

As políticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) traduzem no seu processo, resultados que buscam o envolvimento, distribuição e redistribuição de programas e projetos que satisfaçam uma política com melhorias que desenvolvam e ofertem uma educação de base de qualidade para todos. Com isso, o poder público federal, estadual e municipal procuram injetar nas escolas públicas subsídios em forma de programas e projetos que buscam não somente o acesso, mas a permanência dos alunos em sala de aula e a conclusão dos estudos com êxito, contribuindo assim para o desenvolvimento de cada cidadão.

A pesquisa realizada procurou abonar uma contribuição no âmbito educacional, proporcionando uma visão da realidade por meio da análise dos programas existentes na escola investigada, tendo em vista, que para uma instituição de ensino permanecer ativa e beneficiada por programas governamentais, faz-se necessário prestar contas à Prefeitura ou ao Estado, sendo que tal documentação deve ser encaminhada para o FNDE. Fazendo isso dentro do prazo estabelecido, o repasse do ano seguinte chegará mais cedo, o qual varia de acordo com o número de estudantes que consta do Censo Escolar do ano anterior.

Conforme Teixeira (2002, p. 2), As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

As políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento da educação básica, seja na zona urbana ou na rural, e, é notório que os alunos são e devem ser o ator principal desse evento, assim como, o papel do Estado é fazer com que esses alunos tenham o devido acesso a esses programas obrigatórios segundo a nossa Constituição Federal, e com isso, fazer com que essas políticas públicas possam ser legitimadas para obter a sua eficácia.

No Artigo 208, inciso VII, a Constituição Federal assegura que é dever do Estado o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. No entanto, na prática cotidiana nem sempre isso acontece como deveria ser, fazendo com que tais programas não surtam o “efeito” necessário para os quais foram concebidos.

Todavia, o comparecimento cada vez mais intenso da sociedade civil nas questões de interesse público, neste caso, o da educação, é capaz de transformar desde uma escola até uma comunidade no geral, ou seja, o envolvimento de pais e da própria comunidade na fiscalização dessas políticas públicas, por exemplo, através de conselhos escolares, ou mesmo com a cobrança dos órgãos mais elevados dentro da sociedade (secretaria de educação) pode ser capaz de transformar a educação em seus vários níveis educacionais.

“As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos”. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Prontamente, pais, professores, alunos e escolas tem que ter a consciência da necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais. A população precisa ser mais presente no que se trata de educação pública, e saber que, esses recursos são obrigatórios segundo a nossa Constituição, e, por isso, a necessidade de se abrangermos mais na transformação da nossa realidade.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se na averiguação da existência dos programas e projetos do Governo Federal desenvolvidos nas escolas públicas da Microrregião da Borborema Potiguar, em específico na cidade de Santa Cruz/RN, na Escola Estadual Quintino Bocaiuva. Para o levantamento desses dados, foram distribuídos 02 (dois) questionários aos servidores públicos contendo as mesmas perguntas relacionadas aos projetos e programas do Governo Federal, tendo em vista conhecer se tais programas e projetos realmente existiam e se os mesmos encontravam-se ativos e em execução na instituição pesquisada.

Para isso, baseou-se em uma pesquisa de caráter quali-quantitativa, utilizando-se da aplicação de 02 (dois) questionários contendo questões de cunho fechado, no intuito de se conhecer mais de perto a realidade da instituição de ensino pesquisada. A investigação visou mostrar a realidade da instituição em relação aos projetos e programas que são destinados e

protegidos pela Constituição Federal. Foram propostas 08 (oito) perguntas, as quais indagavam sobre a existência dos programas do Ministério da Educação na escola objeto de estudo, tendo como alternativas de respostas, apenas as opções “Sim” e “Não”, tendo em vista que a finalidade era apenas averiguar a existência desses programas na instituição supracitada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“O Governo Federal tem como prioridade de suas políticas e gestão a garantia do envolvimento e da participação da sociedade civil na formulação, implementação das ações e programas voltados para a universalização da educação básica como também a melhoria da educação nos diferentes níveis e modalidades.” (BRASIL, 2005).

O Ministério da Educação tem como objetivos em suas metas alcançar e aprimorar as suas políticas e gestão em relação aos seus programas e projetos quando estes adentram nas escolas, podendo possibilitar uma melhoria na qualidade do ensino e significativo desenvolvimento da comunidade em geral, proporcionando muitos benefícios aos alunos que precisam da continuidade desses programas nas escolas.

Assim, a pesquisa teve como caráter principal fazer um levantamento quantitativo e qualitativo a respeito dos programas e projetos na escola pesquisada. Para a obtenção dos resultados, foram aplicados questionários contendo questões de caráter fechado, no qual abria espaço apenas para saber se os programas existiam na instituição ou não, os quais foram distribuídos a 02 (dois) servidores públicos (um docente e um gestor) contendo as mesmas perguntas.

Neste sentido, cada pergunta tinha por finalidade investigar a existência ou não dos diversos programas disponibilizados pelo governo federal e que por ventura estavam ativos e sendo executados na instituição pesquisada. Abaixo, constam os resultados da pesquisa, conforme as respostas obtidas dos servidores.

- Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**), os entrevistados afirmaram que ele existe na escola e que é atualizado todo ano. O Governo fica responsável por repassar o dinheiro para a escola, e a direção fica no papel de comprar a merenda escolar onde por ventura lhe achar mais cabível.

- Quanto ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (**PNBE**), foi explicitada que a escola está inserida nele, recebendo assim, a cada três anos novos livros de acordo com as séries que dispõe na instituição.

- Já sobre o programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (**PNATE**), foi afirmado que a instituição de ensino também é contemplada com o mesmo, sendo de fundamental importância para o seu funcionamento, já que a maioria dos alunos matriculados, são oriundos da zona rural.

- O programa **Mais Educação** também é desenvolvido na escola, mas não tão forte como deveria ser, já que geralmente ele é executado em forma de ações envolvendo esporte e lazer, deixando de fora vários projetos que seriam fundamentais para a comunidade escolar, como por exemplo: educação ambiental, educação econômica, cultura digital, promoção da saúde etc.

- Em se tratando do Programa Dinheiro Direto na Escola (**PDDE**), ele existe na instituição e é atualizado anualmente, tendo por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar englobando várias ações objetivando a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola.

- O Programa Nacional do Livro Didático (**PNLD**) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. De acordo com o questionário respondido, este programa existe na escola e é de fundamental importância para alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem.

- O **PAR** é o Planejamento Multidimensional da Política de Educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos com um diagnóstico da realidade da educação e a elaboração de um plano que são as primeiras etapas que estão na esfera do município/estado. Esse programa existe na instituição, e exige dela um planejamento anual e neste precisa estar às transparências dos recursos federais gastos na escola durante aquele período.

- Dos programas pesquisados, o único que a escola não foi contemplada, foi o Programa Nacional de Formação Continuada (**PNFC**), o qual é voltado para a capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, além de representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada.

Ao término da pesquisa, o resultado foi o esperado quantitativamente, já que todos os programas e projetos existiam na escola, com a exceção do Programa Nacional de Formação Continuada (**PNFC**) - e os que estavam ativos, sempre eram atualizados e revalidados conforme as exigências do Ministério da Educação (MEC). O quadro abaixo apresenta os resultados obtidos ao término da pesquisa.

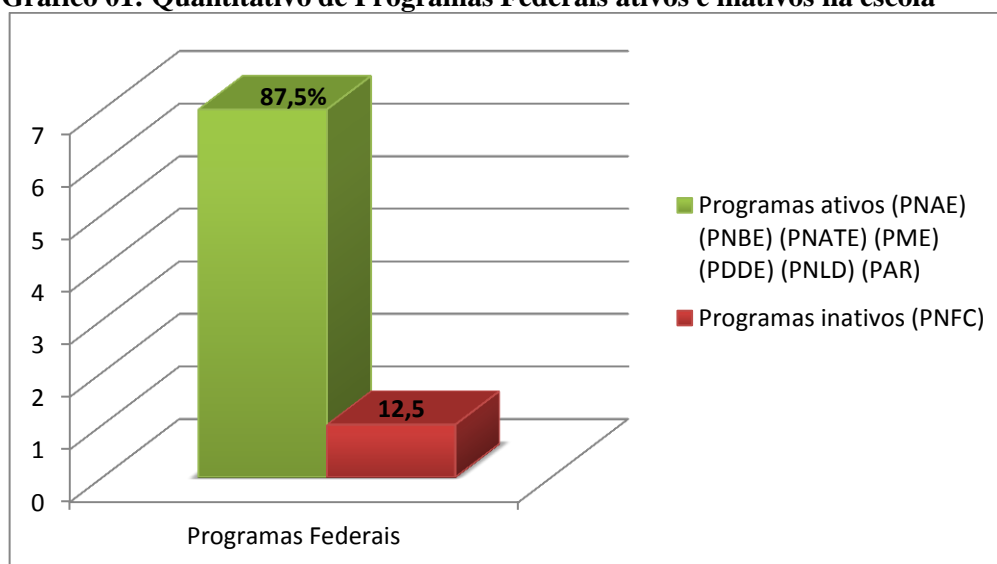
Quadro 01: Programas existentes na escola pesquisada.

ORDEM DO QUESTIONÁRIO	PROGRAMAS DO MEC	RESPOSTAS
1º	(PNAE)	SIM
2º	(PNBE)	SIM
3º	(PNATE)	SIM
4º	(PME)	SIM
5º	(PDDE)	SIM
6º	(PNFC)	NÃO
7º	(PNLD)	SIM
8º	(PAR)	SIM

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se percebe, das 08 (oito) perguntas aplicadas, 07 (sete) delas afirmaram que a Escola Quintino Bocaiúva era beneficiada com os programas do Governo Federal e apenas uma resposta teve caráter negativo, em relação a não oferta de um dos programas contemplados na pesquisa. O gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01: Quantitativo de Programas Federais ativos e inativos na escola



Fonte: Dados da pesquisa.

Ressaltamos que, esse grande percentual de programas ativos só tem a contribuir significativamente para o desenvolvimento da escola pesquisada, e que essas políticas (Programas Federais), podem consistir para um bom funcionamento das instituições públicas

de ensino. Além disso, os funcionamentos desses programas podem possibilitar um desenvolvimento maior em relação a um contexto social que ela está inserida, e a pesquisa em termos percentuais evidencia a importância deles quando ativados para a escola e comunidade em geral.

Como é perceptível, a maior parte dos programas levantados durante a pesquisa encontram-se presente na instituição de ensino, dentre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (**PNBE**), Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (**PNATE**), Programa **Mais Educação**, Programa Dinheiro Direto na Escola (**PDDE**), o Programa Nacional do Livro Didático (**PNLD**) e o **PAR** - Planejamento Multidimensional da Política de Educação. A única exceção, foi o Programa Nacional de Formação Continuada (**PNFC**), o qual recebeu 02 (duas) respostas negativas dos entrevistados.

As respostas dos entrevistados foram idênticas, deixando claro que ambos sabiam da existência desses programas Federais na escola pública pesquisada, tornando assim uma instituição na qual seus funcionários têm ciência dos programas e projetos que o Ministério da Educação dispõe para as escolas públicas de todo o país. A expectativa, é que os resultados possam contribuir para a compreensão da função dos programas e projetos Federais como política pública, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação no espaço pesquisado.

CONCLUSÕES

O processo de pesquisa é de interesse a todos aqueles que esperam que o Estado não deixe de atuar como peça fundamental para a educação de uma nação. Os projetos e programas são os tentáculos que movem qualquer sociedade, e na escola pesquisada não foi diferente. A pesquisa é o reflexo do quanto as escolas precisam desse amparo da esfera Federal para melhor se desenvolver, como também o desenvolvimento de seus alunos, servidores e corpo docente. As evidências deixaram claro que os programas e as assistências para quase todas as necessidades existem, mas muitas das vezes esses programas não chegam e não produzem o que realmente suas diretrizes esperam.

Todavia os programas e projetos não dependem tão somente das ações do Governo Federal ou da própria escola, mas de toda uma rede (estados e municípios) nos quais tenha em

mente um único alvo, uma educação de melhor qualidade para todos aqueles que almejam tê-la num futuro não tão distante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Departamento de políticas Educacionais. Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. **Secretaria de Educação Infantil e Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2005.

_____. Senado Federal. Constituição Federal de 1988. Brasília. *Artigo 208, inciso VII*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 jul. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR-BA), p. 11. 2002. Disponível em:<<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>> Acesso em 18 de jul. 2017.